

• Nacional

DÍVIDA DOS ESTADOS

Secretário gaúcho contesta empréstimo de US\$ 84 milhões da CEF ao governo da Bahia

por Érico Valduga
de Porto Alegre

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Orion Herter Cabral, afirmou nesta terça-feira que o empréstimo de US\$ 84 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) ao governo da Bahia, noticiado na semana passada por este jornal, "é um jogo de cena para a mídia", porque a instituição "nada recebe do atual governo baiano e ainda desembolsa o dobro do parcelamento concedido para pagar em vinte anos os US\$ 826 milhões que a Bahia lhe deve". Para o gaúcho, "tudo se passa como se o estado nordestino compromettesse 11% de suas receitas para atender a União".

As negociações para a rolagem das dívidas estaduais não previam esse tipo de reciprocidade, assegurou Orion Cabral. Ele lembrou que, durante "as cansativas reuniões, sugeriu-se fórmula mais branda e menos discriminatória, com previsão de novos empréstimos pelos bancos públicos federais para os estados devedores. Os técnicos, entretanto, argumentavam politicamente: "Não dá. A Caixa está mal, sem liquidez, e existem outras alternativas alocatícias".

O secretário manifestou-se pessimista sobre a vota-

ção do Senado, prevista para amanhã, dos limites para a rolagem. A partir do exemplo baiano, "a decisão do Senado não importa, e todos, senadores e governadores, estão perdendo tempo com o assunto", declarou. O governo gaúcho entende que a capacidade de pagamento dos estados "não tem sido considerada". Para Orion Cabral, "o pressuposto é de que devemos resgatar nas próximas duas décadas, em parcelas iguais e sucessivas, todo o estoque de nossas dívidas, a juros do mercado interno".

A dívida do Rio Grande do Sul para com a União está em torno de US\$ 4,6 bilhões, e o governo estadual defende a tese de que não pode comprometer mais de 7% da receita líquida no primeiro ano do parcelamento, e 9% nos seguintes. Os limites propostos pelo Ministério da Fazenda são de 9 e 11%, respectivamente, e serão ou não confirmados pelo Senado. Entre março de 1991 a novembro de 1993, o custeio da dívida gaúcha equivaleu a US\$ 300 milhões, pagamento que não impediu que a dívida mobiliária, sem novos títulos no mercado, subisse 50,2%, passando de US\$ 1,44 bilhões para US\$ 2,17 bilhões. A de São Paulo cresceu 70% e a do Rio de Janeiro, 34,6%.